

A IMPORTÂNCIA MILITAR DOS NOVOS ESTADOS AFRICANOS

Ten -Cel HÉLIO FELGAS
(Revista Militar, Portugal,
outubro de 1964)



É indubitável que a África se está agitando militarmente. Em pouco mais de um ano, eclodiram oito rebeliões militares e tiveram lugar pelo menos dois importantes conflitos fronteiriços. Porém, ao contrário da agitação política que sacudiu a África a partir de 1956 e a levou, na sua maior parte, à independência, a agitação militar não é dirigida contra os brancos mas sim, contra os próprios africanos. No caso das rebeliões, trata-se de uma agitação resultante dos militares africanos começarem a ter consciência da sua força e desejarem fazer sentir a sua presença, participando de um poder que os políticos pensavam poder reservar para si.

Deve dizer-se que esta força é relativa. Mostra-se potente em face da debilidade das estruturas políticas em que assentam os novos governos locais. Daí que as rebeliões triunfem facilmente, embora os seus efeitos sejam escassos e a sua organização quase inexistente. Foi o caso do Togo em Janeiro de 1963, de Brazzaville em Agosto do mesmo ano e do Dahomé em Novembro seguinte. Mas, por outro lado, são esmagadas sem a menor dificuldade quando os governos ameaçados resolvem pedir a intervenção de forças européias, mesmo modestas que sejam. Foi o que aconteceu no princípio de 1964, na antiga África Oriental inglesa e no Gabão.

De qualquer maneira, a situação militar dos novos países africanos — de quase toda a África atual, portanto — parece merecer-nos uma atenção que, em nosso entender não tem sido prestada.

O estudo que agora apresentamos pretende dar uma idéia sobre o assunto. Nos seus diversos capítulos encontraremos alguns elementos acerca da fisionomia militar da África no após-guerra, dos acôrdos estabelecidos com as antigas metrópoles, do auxílio multilateral extra-africano, das tentativas inoportunas de uma assistência pan-africana, do rearmamento apressado dos novos Estados, da situação precária das bases estrangeiras, da assistência militar proporcionada pelas nações sem tradições em África, enfim, do valor real das forças armadas do Continente Africano.

Nas conclusões que tiramos dêste estudo, a apreciação da situação militar da nova África, sob o ponto de vista internacional, não é talvez otimista. Mas, em nosso entender, representa a realidade, como aliás pretendemos demonstrar através de todo o trabalho.

I — FISIONOMIA MILITAR DA ÁFRICA NO APÓS-GUERRA

A fisionomia militar da África no após-guerra, uma vez repatriadas as forças aliadas que nela haviam combatido ou simplesmente estacionado, não era muito diferente da que o Continente conhecera desde o princípio do século: algumas bases importantes (em especial no norte e geralmente situadas junto aos poucos bons portos existentes em África), e, em quase todos os territórios, guarnições reduzidas, compostas quase sistematicamente por africanos enquadrados por europeus.

Destas bases, as mais conhecidas eram as do Suez, no Egito, de Bizerta, na Tunísia, de Mers-el-Kibir, na Argélia, de Casablanca, em Marrocos, de Dakar, no Senegal, de Fort Lamy, no Tchad e de Simonstown, na África do Sul. Só a de Fort Lamy é interior.

A evolução da situação internacional determinou depois sucessivas alterações desta fisionomia tradicional.

A ameaça russa sobre a Europa levou os norte-americanos a regressarem à África. Em 1950 estabeleceram bases no Marrocos (que então era um protetorado francês) e no ano seguinte enviavam para a Libéria uma missão militar que confirmava a dependência da pequena república negra. Em 1954 estabeleceram na Líbia a enorme base de Wheelus e enviavam o seu auxílio militar à Etiópia (onde os russos pareciam ter crescente influência).

Por seu lado, a Inglaterra em 1953, reorganizou as posições de Trípoli e Tobruk, na Líbia, famosas durante a última guerra. E a revolta dos Mau-Mau, levava-a a olhar com atenção para o Quénia.

Quanto à França, a situação na Indochina não lhe permitia grandes esforços militares em África. No entanto, as bases mediterrânicas e atlânticas foram todas melhoradas e outras começaram surgindo no interior da chamada África Negra.

Foi, porém, quando os antigos aliados começavam a julgar-se militarmente melhor preparados em África, que os africanos iniciaram as suas reivindicações nacionalistas.

Este movimento determinou nova revisão da estrutura militar africana.

De fato, a independência tornava estrangeiras, de um dia para o outro, as bases, as guarnições e os quadros europeus. Mas os novos governos africanos não as podiam dispensar porque não dispunham de forças nacionais capazes de garantirem a ordem interna.

Daí que nenhum território africano (com exceção da Guiné), tivesse ascendido à independência sem que entre o seu novo governo e a antiga metrópole, tivessem sido estabelecidos acordos de natureza militar.

Estes acordos bilaterais constituíram a primeira solução adotada pelos novos Estados africanos para o importante problema da sua reorganização militar.

II — OS ACORDOS COM AS ANTIGAS METRÓPOLES

De uma forma geral, estes acordos incidiam sobre os seguintes pontos:

- Manutenção do enquadramento das forças africanas com sargentos e oficiais europeus da antiga Metrópole.
- Formação acelerada de sargentos e oficiais africanos, fôsse pela criação de escolas e academias no próprio país, ou pelo envio de estagiários africanos para os institutos militares da antiga Metrópole.
- Permanência no novo Estado de certas unidades européias da antiga Metrópole, destinadas a intervir a pedido do governo africano local a fim de assegurar a ordem.

Dentro deste esquema geral podem apontar-se diferenças não só entre os sistemas inglês, francês e belga, como até dentro do mesmo sistema.

Territórios ex-franceses

Entre 1960 (data das primeiras independências) e 1963, a França estabeleceu três tipos de acordos militares:

- Acordos de defesa, com o Senegal, Mauritânia, Costa do Marfim, Togo, Dahomé, Niger, República Centro-Africana, Gabão Congo e Tchad.
- Acordos de assistência técnica (menos completos que os de defesa) com o Camarão e o Alto-Volta.
- Acordos especiais para a manutenção da ordem interna, com diversos dos Estados acima citados.

Em obediência a estes acordos, a França comprometeu-se a:

- Instruir e formar os quadros das forças armadas dos novos Estados. Para isso, as Escolas militares francesas recebem anualmente mais de 300 estagiários africanos (incluindo malgaches). E, por outro lado, o governo francês envia para aqueles Estados, missões militares que enquadram as escolas

militares locais, aconselham os Estados-Maiores africanos e chegam mesmo a fornecer pessoal para os ramos mais técnicos como a aviação, a marinha e a engenharia.

- Cuidar da formação e enquadramento das forças policiais.
- Fornecer o equipamento militar, material de guerra, munições, sobressalentes, etc.
- Em virtude dos acôrdos de defesa e dos especiais, assumir um papel militar mais direto em caso de ameaça exterior ou de perigo de subversão interna.

No primeiro caso (ameaça externa), a presença de guarnições francesas no Estado ameaçado, pode por si só constituir uma garantia para êsse Estado. Foi o que aconteceu na Mauritânia perante a ameaça desenhada pelas tropas marroquinas. Os 2500 soldados franceses das guarnições de Bir Moghrein, Ain Ben Tili, Fort Gouraud, Port Etienne e Atar, foram suficientes para dissuadir o governo de Rabat de invadir a Mauritânia, como era seu desejo.

No segundo caso (perigo de subversão interna), as tropas francesas podem, a pedido do Estado interessado, intervir para restabelecerem a ordem interna. Foi um acôrdo dêste gênero assinado entre a França e o Gabão, que legitimou a intervenção dos pára-quedistas franceses na reposição do Presidente Léon M'Ba, em 18 de fevereiro de 1964 (1). Como M'Ba tinha sido feito prisioneiro pelos amotinados, foi o vice-presidente, Yembit, que assinou a ordem de requisição das fôrças francesas.

Este tipo de intervenção, pela delicadeza de que se reveste e por ser susceptível de acarretar graves consequências políticas internacionais, é sempre rodeado de precauções especiais. A autoridade legítima em vigor no Estado interessado, deve por isso endereçar o pedido de intervenção ao embaixador francês local, o qual o endereçará ao comandante da base francesa mais próxima. Mesmo assim, é indispensável uma autorização especial do Presidente da República francesa para que as suas tropas possam disparar. No caso do Congo ex-francês, em agosto de 1963, esta autoriação não foi dada e o Abade Yulu foi deposto pelo atual regime.

* * *

Compreende-se como êstes acôrdos facilitaram a criação ou a manutenção de diversas bases francesas nos novos Estados africanos. As tropas nelas estacionadas dispõem de enorme mobilidade, sendo susceptíveis de ser aerotransportadas para qualquer ponto da África.

(1) A intervenção francesa no Gabão foi considerada legal na conferência da União Africana e Malgache, realizada em Dakar em março de 1964, fato que constituiu uma vitória para De Gaulle, mas que mostra como os Chefes de Estado daquela União contam com as fôrças francesas para se manterem no poder. Fora da União, a intervenção foi muito criticada, em especial nos países africanos e comunistas. E a popularidade interna do presidente Leon M'Ba sofreu rude golpe.

Só desta forma se pode garantir a eficiência de fôrças cujos efetivos são, afinal, muito reduzidos (em meados de 1964, a França não tinha mais de 20 000 homens na África, excluindo os da Argélia). No entanto, para situações consideradas graves, a França dispõe de reservas estacionadas fora do continente. No sul da França, por exemplo, há sempre uma divisão de pára-quedistas pronta a levantar vôo.

Territórios ex-ingleses

A estrutura militar nos Estados africanos oriundos dos territórios colonias ingleses, não é basicamente diferente da que descrevemos atrás, relativa às antigas dependências francesas.

Há que notar no entanto, o papel importantíssimo que as fôrças policiais africanas — excepcionalmente eficientes desde o tempo do colonialismo — têm desempenhado após a independência dos novos Estados. Aliás estas fôrças tinham efetivos muito elevados em relação aos do exército (na Ghana, por exemplo, há 7 000 polícias para 10 000 soldados).

Quase se pode dizer que os Estados ex-ingleses têm singrado apoiados na excelente polícia deixada pelos britânicos. Ela tem permitido, de certo modo, uma formação eficiente e sem precipitações, das fôrças armadas locais.

Mas no resto, os ingleses não foram essencialmente diferentes dos franceses. Notou-se, talvez, melhor preparação dos africanos quer para obedecer quer para mandar. Daí menor número de perturbações internas importantes, só ocorridas na África Oriental no princípio de 1964.

Todos os Estados ex-ingleses mantiveram os quadros europeus nas suas fôrças armadas, aceleraram a formação dos seus próprios quadros e assinaram acôrdos militares. O próprio Nkrumah manteve durante anos, o General inglês Alexandre e centenas de oficiais e sargentos europeus. E na África Oriental, a estrutura militar inglesa, dependente superiormente do Comando de Aden, incluía as bases terrestres de Kawakwa (perto de Nairobi) e Gilgil, e as aéreas de Eastleigh (Nairobi) e Mombassa. Havia 3 Batalhões no Quénia, 2 no Tanganica e 1 na Uganda. E os famosos regimentos do King's African Rifles eram enquadrados por oficiais e sargentos britânicos.

Claro que, tal como vimos no caso das fôrças francesas, as fôrças britânicas destinadas a uma possível intervenção a pedido dos novos governos africanos, dispõem de enorme mobilidade e podem ser reforçadas com unidades vindas de Aden, Chipre ou mesmo da Inglaterra.

O Congo

Enquanto foi colônia belga, o Congo dispôs de um exército eficiente, a "Force Publique", com um efetivo global de 25.000 africanos,

enquadradados por cerca de 1.200 sargentos e oficiais belgas. Na altura da independência também a Bélgica assinou acordos com o jovem governo africano de Léo. Pára-quedistas belgas ficaram nas bases de Kamina e de Banana, prontos a entrar em ação para manterem a ordem. E a "Force Publique" ficou tal como estava: comandada por um general belga e com quadros belgas.

Ninguém pensou numa rebelião dos até então disciplinados soldados da "Force Publique", aos quais foi dito que a independência nada mudara para elas.

Mas essa rebelião deu-se e, além de ter lançado o Congo no caos, foi o primeiro indício de que também as estruturas militares africanas tinham de evoluir para uma "africanização" acelerada.

Enquanto uns dirigentes congoleses pediam a intervenção dos pára-quedistas belgas, outros — ciosos da independência alcançada — opunham-se-lhe. No final os belgas intervieram e devolveram a ordem ao Congo. Mas o governo congolês (Lumumba, em especial) exigiu a sua retirada e pediu à ONU o envio de forças internacionais para substituir.

Este foi o princípio do descalabro das forças armadas congolesas. Entregues a si próprias, enquadradadas por oficiais e sargentos escolhidos à pressa no meio da soldadesca africana, elas nunca mais mostraram qualquer eficiência. A ordem no Congo, precária aliás, passou a ser garantida pelas tropas da ONU. E até agora, apesar de já irem em quatro anos de instrução (e de guerra), os militares congoleses continuam a não dar provas da mínima eficiência militar. Unidades enviadas para manterem a ordem em dada região, logo que chegam, fazem causa comum com aqueles a quem iam combater e empregam a sua força matando, violando e roubando a desgraçada população civil. Outras dispersam aos primeiros tiros ou mesmo só porque lhes constou que o inimigo se aproximava. Em alguns casos, a morte de um graduado é suficiente para determinar a mais completa debandada.

Não escasseiam exemplos desta estranha atuação do atual exército congolês desde a desonrosa revolta de julho de 1960 até à presente situação no Kivu e na Katanga do Norte, passando pelas titubantes "campanhas" do Kassai e da Katanga.

E, no entanto, os congoleses eram bons soldados quando constituíam a "Force Publique" que durante cerca de 80 anos manteve a ordem no progressivo Congo Belga. O seu comportamento foi citado com louvor na última guerra durante a qual chegaram a combater na Etiópia e em outras regiões. Como, aliás, foi louvado o comportamento de milhões de outros africanos que os aliados levaram a combater contra as tropas do Eixo, desde o norte de África à França, à Itália, à Alemanha, etc.

A rebelião no Congo ex-belga teve incalculáveis repercuções em toda a África e não só no campo militar.

Ela demonstrou como era fácil a subversão das forças armadas africanas e, portanto, como era frágil o edifício político erigido após a independência. A ambição dos militares africanos não era inferior à dos políticos e ambas conduziam ao caos.

Assim como os civis africanos julgam que a independência os fadou para serem políticos, também os militares se convenceram que têm de ser todos oficiais.

A verdade é que políticos e oficiais feitos à pressa, não podem dar nem bons governos nem bons exércitos. Mesmo lidando com uma massa popular evoluída, eles não saberão enquadrá-la. O que fará quando a massa é tão atrasada como a africana!

O caos criado pela revolta militar no Congo veio depois confirmar que sem bons quadros não é possível existirem forças armadas eficientes e que, sem estas, não há estabilidade política nem progresso.

A necessidade de incrementar a instrução militar a fim de formar bons quadros, tornou-se por isso óbvia. Simplesmente esta formação é demorada e, entretanto, era indispensável enquadrar as forças africanas para delas tirar algum rendimento.

O processo rápido, eficaz e tradicional de enquadrar os soldados africanos por meio dos sargentos e oficiais da antiga Metrópole, foi-se tornando cada vez menos aconselhável. E hoje, após as revoltas militares do princípio de 1964, na antiga África Oriental Inglêsa, é mesmo considerado perigoso pelos novos governos que receiam desagravar aos militares africanos, ansiosos de se verem promovidos aos postos ocupados pelos brancos. Segundo parece esta foi mesmo a causa das rebeliões no Tanganica, no Quênia e na Uganda, tal como o fôra no Congo ex-belga.

Assim, os novos governos africanos estão praticamente inibidos de enquadrar as suas tropas com oficiais e sargentos das antigas metrópoles, até mesmo porque, aos olhos dos outros governos, a realidade da sua independência, seria posta em dúvida. O próprio Nkrumah teve que abandonar este sistema que desagradava aos militares ghaneses desejosos de substituírem os brancos. A primeira "desbritanização" do exército ghanês deu-se em setembro de 1961, isto é, quatro anos após a independência. Nessa altura saiu o General inglês Alexander (que comandara o contingente ghanês da ONU enviado para o Congo) e 200 outros oficiais. Em maio do ano seguinte todos os oficiais ingleses que enquadravam as forças ghanesas, passaram a constituir uma missão de instrutores separada — situação esta em que ainda se encontram.

Mas então, pergunta-se, quem há-de enquadrar as tropas africanas?

Em princípio, só os próprios nacionais podem constituir os quadros das forças armadas dos novos Estados. Esta é a condição im-

posta pelos militares africanos e que, de um modo geral, os governos locais são obrigados a aceitar.

Mas como se reconhece a falta de preparação dos quadros africanos, todos os novos Estados estão procurando acelerar a sua instrução militar, contratando técnicos estrangeiros.

Cabe talvez aqui referir que, pelo menos em teoria, há nítida diferença entre o técnico estrangeiro que é contratado para instruir os quadros militares de um país, e os mercenários que não só instruem como enquadram as forças desse país. Isto, muito embora por vezes ambos sejam denominados mercenários. Mas o primeiro, o técnico ou instrutor, não pode entrar em ações de combate, ao passo que o segundo é pago para isso. Só episódicamente o técnico deve substituir um africano e apenas numa ou outra função administrativa ou de Estado-Maior.

A utilização de técnicos estrangeiros em funções diretamente ligadas a operações militares, como, por exemplo, a pilotagem de aviões de transporte ou de combate, é um caso especial que não costuma ser considerado como fazendo parte dos programas normais da chamada assis tência técnico-militar, e que suscita em regra complicações políticas mais ou menos graves. Foi por esta razão que, ainda há pouco, a Itália se recusou a enviar pilotos seus para o Congo, para conduzirem os aviões de transporte do exército congolês. O governo de Roma lembrou então que se comprometeria apenas a instruir pilotos congolese e que não desejava exceder o âmbito deste contrato. Foi por isso que o General Mobutu teve que ir pedir pilotos à Bélgica.

Deve dizer-se que a anuência da Bélgica ao pedido de Mobutu suscitou diversas críticas. De fato, os 100 pilotos e técnicos aeronáuticos destinavam-se a conduzir e a manter os aviões de transporte do exército congolês. Como estes aviões foram fornecidos pelos Estados Unidos, os cem belgas foram primeiro estagiari na América e chegaram ao Congo justamente a tempo de substituir o pessoal da ONU que retirou em 30 de junho findo.

As complicações que podem surgir deste acôrdo entre Spaak e Mobutu são evidentes.

Os belgas vão pilotar aviões americanos transportando tropas congolese em operações contra os rebeldes do Kivu e da Katanga do Norte. Implicitamente vão tomar parte nessas operações. Ora os rebeldes — que ainda não atacaram os colonos belgas das regiões que ocupam — podem fazê-lo como represália da utilização dos aviadores belgas pelo exército congolês. Além disso, os outros Estados africanos, e em especial os países comunistas (que parece apoiarem os rebeldes) podem considerar a atuação dos pilotos belgas como uma intervenção camuflada dos Estados Unidos (os aviões não são norte-americanos?). E podem por isso aumentar o seu auxílio aos rebeldes, fazendo ampliar e talvez até internacionalizar a guerra no Congo.

Talvez por prever tão funestas consequências, Tshombé se mostra contrário não só ao emprégo dos pilotos belgas como à continuação da clara interferência norte-americana no Congo. Admitimos no entanto que a rápida deterioração da situação militar no leste congolês, leve Tshomgé a aceitar (e até a pedir) maior auxílio da Bélgica e dos Estados Unidos.

III — O AUXÍLIO MULTILATERAL EXTRA-AFRICANO

Na verdade é cada vez mais difícil aos novos Estados africanos conciliar as suas necessidades em eficaz assistência técnica militar com a política de não-alinhamento que os seus governos declararam desejado seguir, e com a salvaguarda de uma soberania de que não querem abdicar.

A assistência militar prestada pela antiga metrópole — que parecia ser a mais aconselhada, sob o aspecto da eficiência, pois os técnicos e instrutores já conhecem os soldados africanos, a sua língua e os seus costumes — começou por isso a ser progressivamente abandonada, pelo menos com o caráter de exclusividade. Os poucos governos africanos que ainda têm a coragem de a manter, são por vezes qualificados de neo-colonialistas e os países socialistas e comunistas não os consideram realmente independentes.

Tornou-se portanto necessário encontrar outras modalidades de auxílio militar.

Uma das que pareceu reunir apreciáveis vantagens foi a prestada pela ONU. Esta assistência, porém, só seria ideal se esta organização fosse de fato neutral e apolítica. Mas como não é, não há hoje um único país africano cujas forças armadas estejam sendo treinadas pela ONU. A tentativa feita no Congo alertou todos os governos pelo seu estrondoso falhanço.

Assim, postos de lado os antigos metropolitanos e a ONU, restam com capacidade e possibilidades de prestar auxílio militar à África, os Estados Unidos, a Rússia, a Alemanha e diversas outras nações militarmente desenvolvidas.

Mas se um país africano contratar quadros norte-americanos, os russos logo dirão que ele se transformou numa colônia americana. Se, pelo contrário, os quadros forem russos, as nações ocidentais considerarão esse país um novo satélite soviético. E se os quadros forem exclusivamente alemães, ou exclusivamente checos, a apreciação internacional será idêntica e o desgraçado país fica sujeito a tais pressões que nunca mais terá paz.

Estes condicionalismos tão contraditórios deram lugar a uma outra modalidade: a assistência multilateral, na qual se podem observar casos verdadeiramente curiosos.

Procurando fugir a críticas e a esferas de influência, diversos países africanos estão entregando a instrução das suas forças arma-

das não a uma só nação (como parecia indicado para se obter a indispensável coesão e a necessária identidade de espírito militar) mas a três, quatro e mais, algumas das quais sem nenhuma tradição militar em África.

Alguém pensaria que a Noruega, por exemplo, fosse o país escolhido para formar e instruir as marinhas do Congo ex-belga e da Etiópia? Ou que a Suécia tivesse a seu cargo as aviações etíope e tunisina? Ou que Israel treinasse os pára-quedistas congoleses e os aviadores da Uganda?

Aliás, os casos do Congo ex-belga e da Etiópia são deveras interessantes.

O exército etíope foi treinado por oficiais ingleses de 1947 a 1951. A missão militar norte-americana começou o seu trabalho em 1954 (e ainda continua). Oficiais indianos dirigem uma das duas Escolas Militares abissínias, desde 1957. A armada é treinada por noruegueses e a força aérea por suecos (utilizando jatos suecos e norte-americanos). A polícia (nada menos de 30.000 homens) tem dois oficiais japonenses e outros dois suecos como conselheiros técnicos. Finalmente, a guarda fronteiriça tem quatro oficiais indianos!

Quanto ao Congo ex-belga, a Itália forma e treina a força aérea, a Bélgica fornece os oficiais necessários aos Estados-Maiores, às escolas e academias militares e aos serviços administrativos do Exército, Israel forma os comandos e pára-quedistas e os Estados Unidos enviam o material pesado necessário à modernização e ao reequipamento das forças armadas. Como a Noruega desistiu de se encarregar da marinha congolesa, o governo de Leopoldville espera que a Bélgica a substitua, tanto mais que desde 1960 o pessoal naval congolês tem sido formado pela Bélgica. Ao Canadá foram feitas propostas para treinar os congoleses no campo das transmissões militares. Finalmente, o exemplar comportamento dos nigerianos do contingente da ONU no Congo, em especial no aspecto policial, levou o governo congolês não só a pedir à Nigéria que lhe treinasse a polícia, como também, que lhe enviasse um ou dois batalhões para ajudar a sufocar a revolta da Katanga do Norte...

Esta assistência técnica inclui também, o envio para o estrangeiro de centenas de congoleses. Atualmente, por exemplo, há 823 estagiários dos três ramos das forças armadas congolesas na Bélgica, 235 em Israel, 10 nos Estados Unidos e 12 na Itália. E nas Escolas Militares belgas há 110 cadetes congoleses (além de mais dois na Academia inglesa de Sandhurst).

Estes dois exemplos da Etiópia e do Congo são extremos, sem dúvida. Mas a verdade é que a quase totalidade dos novos países africanos, depende hoje, para a instrução e formação das suas forças armadas, de mais de uma nação estrangeira. Parece que esta solução — militarmente condenável — é preferível, sob o aspecto po-

lítico, à da dependência de um só Estado. O único exemplo atual de um Estado africano cujas forças armadas são exclusivamente formadas e treinadas por uma só nação estrangeira, é dado pela Somália.

Todos os outros estão reorganizando os seus exércitos com o auxílio de dois ou mais países — o que os obriga a dispor de material (e portanto de técnicos) de diversas nacionalidades.

Assim, o Egito — que tem hoje se não o primeiro, pelo menos o segundo exército africano — utiliza tanques e carros armados ingleses franceses e principalmente russos. Os seus aviões são checos e russos, além de alguns alemães construídos localmente para treino. E a marinha conta com navios ingleses e soviéticos.

A Tunísia tem material norte-americano, francês e sueco (os aviões), Marrocos tem aviões franceses e russos, tal como a Argélia que está também recebendo material egípcio. A Guiné ex-francesa dispõe de armamento russo, checo e, recentemente, norte-americano.

IV — A ASSISTÊNCIA PAN-AFRICANA

Uma quarta solução pode ainda ser apontada: a da assistência militar prestada pelos próprios africanos uns aos outros.

Esta solução — tão defendida por Nkrumah, o idealista (interesseiro) do governo e do exército únicos para toda a África — tem sido ventilada nas diversas conferências das organizações pan-africanas.

Assim, o antigo Grupo de Casablanca criou um "Alto Comando Africano", de que participavam a Ghana, Guiné, Mali, Marrocos, Egito e Argélia. Este "Alto Comando" reunia os Chefes de Estado-Maior daqueles países africanos e tinha como missão, além de salvaguardar a independência daqueles países, assegurar a defesa comum da África em caso de agressão contra uma parte do Continente.

De duração ainda mais efêmera que o próprio Grupo, este Alto Comando reuniu-se pela primeira vez no Cairo em julho de 1961.

Também o extinto Grupo de Brazzaville criou, em setembro de 1961, em Tananarive (Madagascar), um Pacto de Defesa, dotado com um Conselho Superior de Defesa.

Este Conselho manteve-se quando o Grupo se transformou na União Africana e Malgache, tendo reunido pela última vez em dezembro de 1963, em Niamey (Niger), ocasião em que tratou especialmente dos seguintes três problemas: avaliação da capacidade militar da União, estruturação dos planos de defesa regionais e estudo das eventuais intervenções militares das forças da União.

A Organização da Unidade Africana (OUA), criada em Addis-Abeba em maio de 1963 — e que é hoje o único organismo pan-africano de fato ativo — também tem a sua Comissão de Defesa, destinada a "assegurar e preservar a soberania, a integridade e a independência dos Estados africanos". Esta Comissão prevê mesmo a organiza-

ção de intervenções militares imediatas em caso de golpe de Estado num dos países membros (previsão esta que é, afinal, uma garantia pessoal para a manutenção dos atuais governos no poder).

Na sua reunião de novembro de 1963, a Comissão de Defesa da OUA preconizou a elaboração de um plano africano de defesa, prevendo a integração das forças africanas, terrestres, navais e aéreas, bem como das forças de intervenção acima citadas. A delegação Ghanesa propôs (uma vez mais) a constituição de um comando militar supremo inter-armas e de um Estado-Maior das forças de intervenção. Esta proposta foi debatida na reunião de fevereiro de 1964 e reprovada pela comissão técnica do Conselho de Ministros da OUA. Quando muito, alguns países aceitaram o princípio do treino unificado das forças africanas. No entanto, esta rejeição não desencorajou a Ghana que voltou a apresentar a mesma proposta na reunião do Cairo, em julho de 1964, aliás com idêntico insucesso.

Esta solução da criação de uma força africana destinada a intervir a pedido dos governos ameaçados, em lugar das forças das antigas metrópoles ou das da ONU, tem, de resto, merecido críticas muito severas.

Na verdade, sejam franceses, ingleses ou africanos, os soldados que intervierem nunca deixam de ser estrangeiros. A utilização de africanos só satisfará os que odeiam os brancos. E, por outro lado, sejam quais forem as tropas estrangeiras de intervenção, fá-lo-ão sempre a pedido e portanto a favor dos governos vigentes, retirando assim aos revolucionários a possibilidade de vencer. A estabilidade política ficará de fato assegurada mas os governos africanos, cônscios da proteção que usufruem, podem descambar para a tirania e a prepotência com a mais completa impunidade.

Acresce ainda que, como sublinhou Mongi Slim, ministro dos Estrangeiros da Tunísia, não há por enquanto possibilidades de criação de uma força africana. E não há, em primeiro lugar, porque os países africanos não têm individualmente capacidade para criar uma tal força; em segundo lugar porque cada um desses países está empenhado em criar a sua própria força; e em terceiro lugar porque as relações entre muitos desses países estão longe de ser amistosas (2).

Nós acrescentaremos que, no momento atual, uma força de intervenção africana seria inoportuna e até perigosa. Constituída como teria de ser à base de egípcios, de argelinos, de ghaneses, ela serviria mais os propósitos dos respectivos governos que os do governo em perigo. Seria, afinal, uma nova edição do contingente da ONU no Congo.

(2) Inclusivamente, há Estados que assinaram pactos de defesa dirigidos contra terceiros, como é o caso da Etiópia e do Quénia contra a Somália.

Sob este aspecto, é curiosa a reação do presidente Nyerere do Tanganica, após a rebelião militar que, sem a intervenção das forças inglesas, o teria apeado do poder. Talvez assustado pelas consequências políticas internacionais da sua manifestação "pro-colonialista" e sentindo que aquela intervenção (feita a seu pedido) lhe criara grande impopularidade entre os próprios tanganicenses, Nyerere procurou logo uma forma de correr novamente com as tropas inglesas. Pediu então a convocação de uma reunião dos ministros dos Estrangeiros e da Defesa da OUA, a fim de se estudar a criação de uma força militar africana que pudesse intervir em qualquer momento e em qualquer Estado, evitando-se assim, o recurso às tropas europeias. Este recurso envergonhou Nyerere (e Kenyatta, do Quénia, e Obote, da Uganda) não só em face do seu povo como em face do resto da África. Era, afinal, a confirmação de que nenhum dos países estava preparado para ser soberano, visto que a ordem interna só com a intervenção das tropas europeias podia ser mantida (3).

Como dissemos acima, a OUA reuniu-se em fevereiro de 1964, mas apesar do apoio dado pelo próprio Secretário Geral da ONU, U Thant (e é claro de Nkrumah) a criação da tal força africana mostrou-se impraticável no momento atual.

V — O REARMAMENTO DA ÁFRICA

Por agora, os Estados africanos nada mais podem fazer que empenhar-se na criação e organização das suas forças armadas — e fazem-no com penoso esforço pois o dinheiro que nelas gastam era-lhes muito mais proveitoso se fosse empregado no desenvolvimento económico e social.

No princípio de 1964, calculava-se que os Estados africanos estariam gastando um total de 846 milhões de dólares (mais de 24 milhões de contos) com as suas forças armadas. A África do Sul (que dispõe de um exército bem equipado, de 140 000 homens, além de 200 000 reservistas) vinha em primeiro lugar com 220 milhões de dólares (orçamento de 1963/64). O Togo (dados de 1962) e o Quénia (dados de 1963) eram dos que gastavam menos: entre 500 e 600 mil dólares, cada. O Egito vinha logo a seguir à África do Sul, o que não admira, pois dispõe hoje de um exército de mais de 100 000 homens (com perto de 750 tanques) e de uma aviação com centenas de aparelhos a jato.

Estas despesas, já de si grandes para um continente relativamente pobre e subdesenvolvido, tendem ainda a aumentar.

(3) Nyerere recusou na altura a continuação da assistência militar inglesa. Pediu à Nigéria, à Argélia e à Etiópia contingentes para garantirem a ordem no país. Não nos consta que algum tivesse chegado ao Tanganica, pelo menos até agora.

Assim, o Gabão passou de 1,5 milhões de dólares em 1962 para 2,5 em 1963. Os aumentos de Marrocos e da Nigéria foram respectivamente de 82 para 93 milhões de dólares e de 20 para 28 (repare-se na relativa modéstia das despesas da Nigéria que, no entanto, é o país mais povoado da África, com perto de 40 milhões de habitantes).

Maior diferença apresenta ainda o Congo ex-belga. O orçamento das suas forças armadas em 1962 foi de 2,9 bilhões de francos congoleses (um sétimo das despesas gerais do Estado). Subiu para 4 bilhões em 1963 (um sexto). E é hoje de 10 a 12 bilhões — o que representa um terço das despesas gerais do país —!

Quanto à África do Sul, o orçamento militar para 1964/65 ultrapassa 362 milhões de dólares — cifra nunca atingida nem mesmo durante a última guerra mundial —. Só para fabrico de munições está prevista uma despesa de 46 milhões de dólares, isto é, cem vezes mais que em 1960.

É no entanto curioso que, embora todos os Estados africanos estejam aumentando, de ano para ano, as suas despesas militares, os delegados dos mesmos Estados à Conferência do Desarmamento pediram a redução geral dos orçamentos militares...

Deve dizer-se que nas despesas acima indicadas, não estão incluídas as relativas à assistência militar estrangeira — que também aumenta de ano para ano —.

Desta forma, enquanto tanto o Ocidente como o Oriente estão assinando acórdos para reduzir as suas forças armadas, a África está procurando armar-se cada vez mais.

Diariamente são descarregadas nos portos africanos, toneladas e toneladas de material de guerra, enquanto nos aeroportos aterraram aviões cheios de técnicos, especialistas e conselheiros militares estrangeiros.

Este afluxo justifica-se tendo em atenção que a África tem hoje três dezenas de Estados que ascenderam à independência sem para tal estarem preparados. Todos êles necessitam criar forças armadas que garantam a soberania e a ordem interna. De contrário, os governos constituídos ficarão sem meios para se impor e fazer obedecer.

Estas forças armadas não podem ser exageradas porque, de um modo geral, os países são pouco desenvolvidos e uma sobrecarga excessiva da parte militar do seu orçamento, pode comprometer o seu progresso económico-social. Mas também não podem ser demasiado exígues pois, nesse caso, dois ou três ambiciosos podem tomar conta delas e apossar-se depois do poder. Isto foi o que aconteceu no Togo, no princípio de 1963, quando meia dúzia de sargentos mataram o presidente Olympio e derrubaram o governo. E no Gabão, em fevereiro de 1964, três tenentes africanos prenderam o presidente M'Ba e tomaram conta do país sem dispararem um tiro. A polícia — que

assume na maior parte dos novos Estados africanos um papel primacial na manutenção da ordem — só se manifestou depois dos pára-quedistas franceses terem devolvido o poder ao presidente M'Ba.

Claro que casos d'estes só podem suceder em países praticamente desprovidos de fôrças militares (o Togo tinha pouco mais de uma Companhia e o Gabão apenas 400 soldados).

Sucede ainda que um pequeno efetivo tende à arvorar-se em elite que não tardará a querer-se impor, por vêzes ao próprio governo — que não dispõe de outros meios para lhe fazer face —. Éste é o caso do Congo ex-francês (onde o Abade Yulu foi deposto perante a passividade das tropas francesas), do Dahomé (onde o coronel Sableau se substituiu ao presidente Maga, sem que os soldados franceses tivessem intervindo) e, finalmente, na antiga África Oriental Inglesa — cujos chefes de governo (com exceção do de Zanzibar) só se mantiveram no poder por terem pedido a tempo a intervenção das tropas britânicas.

Verifica-se portanto que o rearmamento dos novos Estados africanos e a organização das suas fôrças armadas, é uma necessidade que todos os governos têm de satisfazer.

Simultâneamente — e até como medida de precaução utilizada pelos próprios governos, para fazer face a eventuais rebeliões militares — estão sendo criadas e instruídas importantes fôrças destinadas à polícia, à gendarmeria, à guarda fronteiriça, etc.

Há até países onde as fôrças policiais são numéricamente pouco inferiores às militares. E em outros quase só existem fôrças policiais.

De uma forma geral, o esforço feito para reorganizar estas fôrças de segurança interna não-militares, tem sido grande em toda a África e em diversos países algum resultado se tem conseguido. Em especial os nigerianos e os tanganicenses têm hoje fama de ser bons elementos policiais, os primeiros após quatro anos de eficiente atividade no Congo ex-belga e os segundos mantendo a ordem em Zanzibar após a revolta de janeiro de 1964 (e tendo talvez feito falta em Dar-es-Salam, quando umas semanas depois, se deu a revolta dos militares).

A polícia do Congo ex-belga não conseguiu manter-se aparte do caos e da corrupção que atingiu o exército e, de um modo geral, todo o país. Está agora a ser reorganizada por uma comissão composta por técnicos belgas, nigerianos e norte-americanos e dotada com um orçamento superior a meio milhão de dólares destinados à compra (nos Estados Unidos) de veículos de transporte, material de rádio-comunicações, uniformes e equipamento especializado. Os primeiros 4 000 polícias, instruídos na nova Escola Nacional da Policia, em Matete (Léo) serão destinados às três principais cidades congolesas: Léo, Éville e Stan.

Desta forma, tendo de fazer face à reorganização não só das forças militares como de todas as outras, não admira que a África esteja absorvendo substancial quantidade de armamentos.

E não há dúvida que o rearmamento da África independente é um caso digno da maior preocupação. O material de guerra que está sendo fornecido aos africanos não se destina apenas à reorganização das forças armadas dos novos Estados. Está servindo também para derrubar governos legalmente constituídos, para manter no poder governos corrompidos e impopulares, para iniciar ou fomentar movimentos subversivos e, finalmente, para atirar uns Estados contra outros (repare-se na atitude da Somália, da Argélia, etc.).

Não admira por isso que os próprios africanos se mostrem receosos das consequências que advirão da crescente assistência militar à nova África. E mesmo na Europa esta assistência é severamente criticada não só pelos chamados "cartíeristas" — devido às grandes despesas que acarretam para a própria nação —, mas também pelos que receiam que ajudando os Estados africanos a constituir exércitos, se facilite nesses Estados a eclosão de movimentos subversivos.

Não esqueçamos, porém, que este perigo não é menor do que o existente se os Estados não criassem os seus exércitos regulares. Há sempre quem venda armas e há sempre descontentes a adquiri-las. Se os governos africanos não dispuserem de forças militares em que se apoiem, o tribalismo subverterá novamente a África.

VI — AS BASES MILITARES ESTRANGEIRAS

Como resultado da evolução focada atrás, nota-se hoje uma tendência nítida para o abandono das bases militares estrangeiras em África (aliás a tendência é mundial).

Esta tendência parece satisfazer o orgulho nacional dos africanos e não está preocupando grandemente as antigas nações coloniais que pouco ou nada fazem para a contrariar.

Vejamos por exemplo o caso da França.

Embora os acordos militares estabelecidos após a independência tivessem concedido à França o direito de manter bases nos diversos territórios, o certo é que, umas vezes a pedido dos Estados africanos, outras por conveniência da própria França, muitas dessas bases têm sido evacuadas.

Em geral, esta evacuação ocorre sempre antes do prazo estipulado nos acordos previamente estabelecidos. Basta um pequeno atrito político (ou uma maior pressão exercida em conferência internacional), para os Estados africanos pedirem logo a retirada das forças estrangeiras — que, afinal, eram uma garantia para os próprios governos locais —.

Foi assim que os acôrdos militares entre a França, de um lado, e o Mali e o Alto-Volta, do outro, foram cancelados pouco mais de um ano após a assinatura, embora tivessem sido previstos para muito mais tempo. As bases do Mali (Bamako, Kati, Gao e Tessalit) foram encerradas na segunda metade de 1961, tal como as do Alto-Volta, em ambos os casos a pedido dos governos africanos locais.

Na mesma altura eram evacuadas as bases de Fez, Agadir, Marrakesh, Meknés e Khuribga, tôdas no Marrocos.

Igualmente, logo após a queda do Abade Yulu, em agosto de 1963 o novo regime do Congo ex-francês mostrou desejos de rever os acôrdos militares que haviam sido estabelecidos com a França. Este desejo concretizou-se abertamente depois da intervenção francesa no Gabão — realizada em fevereiro de 1964 com pára-quedistas da base congolese de Maya-Maya. O novo governo de Brazzaville não quis desagradar aos amotinados de Libreville nem aos Estados africanos que discordaram da intervenção francesa. Mas é curioso como se esqueceu de que os mesmos pára-quedistas franceses podiam ter ajudado o Abade Yulu a manter-se no poder, se De Gaulle para tal tivesse dado autorização.

O abandono da base de Bizerta, exigido pelo governo tunisino, deu lugar a sangrenta luta e a debates na ONU, tendo sido completado em outubro de 1963.

Por seu lado a Assembléia Nacional do Tchad pediu, em abril de 1964, a evacuação das fôrças francesas da base de Fort Lamy.

Em outros casos, o abandono das bases tem sido decidido pela própria França. Na Argélia, por exemplo, De Gaulle avançou de um ano a retirada de numerosas fôrças francesas. E há pouco foi anunciada a saída de 700 soldados franceses do Senegal. É curioso que o Presidente Senghor lamentou publicamente esta saída, dizendo que a presença das tropas francesas dava trabalho a centenas de trabalhadores senegaleses e que a sua evacuação equivalia para o Senegal a uma perda anual de 7 bilhões de francos CFA.

Também o presidente David Dacko, da República Centro-Africana, declarou que as bases francesas na África e, em especial, no seu país, eram uma garantia de estabilidade política... enquanto mantivessem a sua estrita atitude de neutralidade política.

De qualquer forma, a verdade é que a tendência é para diminuir o número de bases. O presidente do Congo ex-francês deu mesmo a entender, ainda há pouco, que a França iria retirar tôdas as suas fôrças da antiga África Equatorial. Admite-se, no entanto, que se opere algum reagrupamento num dos países da região.

Atualmente, a França mantém efetivos importantes apenas em Mers-el-Kibir (Argélia), Dakar (Senegal), Fort Lamy (Tachad) e Diego Suarez (Madagascar). As bases de Abidjan (Costa do Marfim), Maya-Maya (Congo ex-francês), Paraku (Dahomé), Libreville

(Gabão), Colomb — Béchar e Réganne (ambas na Argélia), etc., contam com efetivos muito reduzidos. No total, excetuando a Argélia, a França não tem hoje em toda a África independente, mais de 20 000 homens.

Quanto à Inglaterra, a primeira base que abandonou em África foi a do Suez, aliás forçada pelos próprios norte-americanos.

Não consta que tenha hoje bases militares na África Ocidental. Dispõe, sim, de missões militares na Serra Leoa, na Ghana e na Nigéria.

Na África do Norte, a tendência já assinalada atrás, dos países africanos — desejosos de agradar aos países socialistas e comunistas — não querem bases estrangeiras nos respectivos territórios, levou a Líbia, em março de 1964, a pedir à Inglaterra a revisão do acordo militar assinado em 1953. Este acordo autorizava o estabelecimento de bases e o trânsito de tropas inglesas em todo o território. O efetivo destas nunca chegou a ultrapassar os 2 000 homens, distribuídos pelas bases de Tripoli e Tobruk. Em troca o governo inglês subsidiava o da Líbia com dez milhões de dólares anuais.

Deve dizer-se que a atitude tomada pelo governo líbio reflete também o fato da Líbia ser hoje um importante produtor de petróleo. Deixou por isso de precisar dos subsídios que as bases lhe rendiam...

Da África Oriental, a Inglaterra está também retirando as suas tropas e substituindo-as por missões militares.

Do Quênia, as forças inglesas retirarão por completo até o final de 1964. Mas instrutores e técnicos, em especial da aviação, continuarão treinando as forças militares locais. Além disso, a RAF disporá de facilidades de vulto em todo o território e os navios de guerra ingleses poderão utilizar o porto de Mombassa.

No princípio de julho de 1964, o exército da Uganda — que era comandado pelo coronel inglês C. Groom — passou a sê-lo pelo coronel ugandês S. Opolot. Também os oficiais ingleses destacados junto do Quartel-General do exército ugandês foram substituídos por militares africanos. Os oficiais ingleses, embora tenham deixado de exercer qualquer comando efetivo, continuam na Uganda como conselheiros e instrutores. O ministro do Interior da Uganda, em plena Assembleia Nacional, agradeceu-lhes a sua ação "que permitiu restaurar a confiança após a revolta de janeiro de 1954". Entretanto, os pilotos e outro pessoal aeronáutico, são treinados por Israel.

Como dissemos atrás, Nyerere do Tanganica mostra-se pouco disposto a consentir tropas inglesas no seu território — agora que elas acorreram a tempo de o salvarem... Parece mais inclinado a receber auxílio da Alemanha, sua antiga metrópole.

Quanto à Rodésia do Norte (Zambia) e à Niassalândia (Malawi), as fôrças que atualmente mantêm a ordem são enquadradas por ingleses. Aliás são muito reduzidas, assumindo a polícia um papel preponderante.

A Bélgica constitui atualmente um caso à parte:

Na verdade, enquanto a França e a Inglaterra estão retirando as suas tropas dos seus antigos territórios coloniais, a Bélgica está regressando.

Esta afirmação é talvez um pouco ousada mas representa a realidade dado que, após a independência, nem um militar belga ficou no Congo. E hoje há centenas.

No entanto, não se pode dizer que exista uma base belga no Congo. Existem, sim, oficiais belgas instruindo o pessoal congolês de diversas bases. Calcula-se o seu número atual em 200. Além disso os aviões congoleses são, como dissemos atrás, pilotados e mantidos por cerca de cem técnicos belgas.

A assistência militar da Bélgica estende-se ainda ao Burundi e em especial ao Ruanda. Neste território ainda há oficiais belgas enquadrando as fôrças africanas.

VII — A ASSISTÊNCIA MILITAR DAS NAÇÕES SEM TRADIÇÕES EM ÁFRICA

Já vimos que os novos Estados africanos, para aparentarem verdadeira independência, estão procurando substituir a assistência militar das antigas metrópoles pela de outras nações.

Os Estados Unidos estão, sob este aspecto, desempenhando um papel muito importante. Mas é curioso como, aparentemente, os políticos norte-americanos nem sequer pensaram nas consequências militares de uma África prematuramente tornada independente.

O meio século de paz que a África conheceu enquanto foi governada pelas potências européias, deu aos norte-americanos (pouco conhecedores da realidade africana) a ilusão de que a mesma ordem e o mesmo sossego poderiam continuar após a independência. Além disso, apesar de, na última guerra mundial, terem utilizado a África para o ataque à Europa hitleriana, os norte-americanos pareciam não compreender que a defesa da Europa está intimamente ligada ao Canal de Suez e à livre utilização de numerosos portos africanos. E mostravam-se cépticos quando os portuguêses se esforçavam por lhes fazer acreditar na necessidade de considerar as suas províncias africanas como peças essenciais do sistema defensivo da NATO.

Foi só depois dos russos e dos checos terem fornecido armamento à Guiné ex-francesa, que os Estados Unidos começaram a

achar necessária uma sua ajuda militar a certos novos Estados africanos. Mesmo assim, a tendência era para conceber auxílio militar apenas àqueles países cujos governos fossem simpatizantes com o Ocidente (como a Etiópia) ou suficientemente ricos em recursos estratégicos para se tornar um perigo deixá-los deslizar para o campo comunista (como o Congo ex-belga).

Assim, foi o receio de entregar a África aos comunistas que fêz despertar os norte-americanos. Finalmente compreenderam que, subdesenvolvidos e politicamente instáveis como todos são, os Estados africanos encontram-se sob a ameaça permanente da subversão interna e só por adequadas medidas militares lhe podem fazer frente.

Esta compreensão levou os Estados Unidos a desenvolver ou a iniciar uma assistência militar que é hoje das maiores.

Simultaneamente, os norte-americanos estão abandonando as bases de que dispunham no norte da África. As de Marrocos, estabelecidas em 1950, foram transferidas para Espanha no princípio de 1963. E a enorme base líbia de Wheelus (a maior do mundo), situada próximo de Tripoli, deve ser evacuada em breve, a pedido do governo local.

Desta forma, a assistência militar norte-americana em África reduzir-se-á às suas (cada vez mais numerosas) missões militares, de que as da Libéria e da Etiópia são as mais antigas.

O Congo ex-belga é um dos grandes protegidos atuais, recebendo veículos, aviões, postos-rádio, etc. Também as forças policiais do Ruanda e do Burundi estão sendo equipadas pelos Estados Unidos, pelo menos no que respeita a veículos e a rádiocomunicações. Quase se pode dizer que a África ex-belga é um dos melhores mercados atuais para produtos militares norte-americanos. Mas os clientes antigos (Marrocos, Líbia, Sudão, etc.) não foram esquecidos e o auxílio à Guiné tende a ofuscar o anteriormente prestado pela Rússia.

Notável deve ser considerado o auxílio militar da Alemanha Ocidental para a organização e formação das forças armadas dos novos Estados africanos, e, em especial daqueles que foram suas colônias antes da primeira Guerra Mundial (Togo, Camarão, Ruanda-Urundi, Tanganica). Este auxílio somou 120 milhões de marcos em 1964 mas subirá para 167 em 1965. Novos acordos foram assinados com a Nigéria, Sudão, Tanganica, Madagascar e Congo ex-belga, os quais incluem o fornecimento de material militar e o estágio de numerosos africanos na Alemanha. Já em meados de 1963, mais de 300 militares alemães encontravam-se em missão de instrução em diversos países africanos.

Outros países seguem o exemplo dos Estados Unidos e da Alemanha, procurando prestar auxílio militar aos novos Estados afri-

canos (não é este auxílio uma das melhores formas de comprometer êsses Estados?).

O Egípto, por exemplo, não hesita em enviar verdadeiros corpos expedicionários aos países que considera em perigo de saírem da sua órbita. Foi o que sucedeu ao Yémen. E quando a Argélia e Marrocos se envolveram em árdua luta fronteiriça, logo Nasser enviou tanques e soldados para apoiar Ben Bella. É curioso que na altura houve quem acusasse os Estados Unidos de auxiliar Marrocos. Mas de ambos os lados abateram Migs russos, uns tripulados por argelinos (e egípcios) e outros por marroquinos...

Quanto à Rússia, o seu primeiro favorecido em auxílio militar foi o Egípto nasseriano. Passou depois ao Sudão e à Guiné ex-francesa (que cedeu aos terroristas de Amílcar Cabral o material com que eles lutam na nossa Guiné), a Marrocos, à Argélia independente, ao Mali, etc. Mas onde de fato, parece estar bem segura é na Somália com cujo governo estabeleceu um acordo para a formação de um exército de 20 000 somalis. A Somália dirigira-se anteriormente a algumas nações ocidentais, tendo ficado assente que a Alemanha Federal se encarregaria de instruir as forças armadas somalis, sob financiamento da Itália (antiga metrópole) e dos Estados Unidos. Repentinamente, porém, a Somália voltou-se para a Rússia que, segundo parece, lhe fez propostas muito vantajosas. Desta forma os atuais 4 000 militares somalis passarão a ser em breve 20 000 e disporão de aviação e outro material russo moderno. Claro que esta força é desproporcionada para as necessidades internas da Somália — um país desértico, povoadão por menos de dois milhões de nômadas —. A Etiópia e o Quénia admitem por isso que ela venha a ser empregue na anexação dos territórios daqueles países sobre cuja posse a Somália se julga com direito.

De qualquer forma, a Somália vai ser o primeiro país africano a usar exclusivamente material e técnica militar russos.

Dos outros países comunistas, a Alemanha Oriental parece ter fornecido algum material a Zanzíbar, e a Tcheco-Eslováquia ao Egípto, ao Mali e à Guiné ex-francesa. A China comunista, anciosa por se mostrar agradável aos africanos, prepara-se para vender armas a Zanzíbar, ao Burundi, ao Congo ex-francês e aos chefes dos movimentos subversivos.

Segundo parece, a atual rebelião no Congo ex-belga é fomentada pela China Popular não só com armas mas até com quadros, tendo sido anunciada a morte de um comandante chinês durante combates travados com as forças congolesas. Por outro lado, o Tangânicas é o primeiro Estado africano a receber uma missão militar chinesa que treinará as suas forças terrestres (a aviação é treinada pela Alemanha Ocidental). O presidente Nyerere justificou a sua estranha atitude dizendo que em janeiro de 1964 as suas tropas se ha-

viam rebelado e, no entanto, eram treinados por uma nação ocidental (a Inglaterra). Por isso ele agora resolvia experimentar o auxílio militar da China comunista...

Em nosso entender, a presença de missões militares chinesas no Leste africano, reveste extraordinária importância e pode vir a ser tão ameaçadora para o Ocidente como para a Rússia.

Anote-se finalmente que a Itália e Israel competem na formação das forças aéreas de diversos novos Estados. Aliás Israel treina também comandos e pára-quedistas.

VIII — O VALOR REAL DAS FORÇAS ARMADAS AFRICANAS

A descrição que fizemos da evolução das estruturas militares na África atual não nos permite um grande otimismo quanto ao valor real atual das forças armadas dos novos países africanos.

Aliás esta conclusão poderia ter sido tirada da apreciação de algumas recentes atuações dessas forças.

Na verdade, os israelitas desbarataram os egípcios com a maior facilidade. Os pára-quedistas belgas dominaram a soldadesca congolesa amotinada, em poucos dias. Algumas centenas de soldados ingleses chegaram para sufocar rapidamente as rebeliões do Tanganica, da Uganda e do Quénia. Cento e cinquenta comandos franceses acabaram em escassas horas com a revolta militar no Gabão. E bandos de rebeldes, por vezes armados apenas com paus e setas, são o suficiente para porem em fuga desordenada, batalhões inteiros do chamado Exército Nacional Congolês.

Por outro lado, a revolta dos Mau-Mau, a rebelião na Argélia, o terrorismo em Angola e na nossa Guiné, mostram que os africanos não são tão maus combatentes como se poderia inferir das débeis atuações ultimamente levadas a cabo por forças regulares de diversos dos novos Estados africanos. Na Argélia, por exemplo, alguns milhares de "fellaghas" deram que fazer, durante 7 anos, a meio milhão de soldados franceses bem armados. É fato que o desfecho da luta foi de natureza política. Mas se assim aconteceu foi porque a decisão militar não se conseguiu impor. E, de resto, no Quénia, não durou três anos a luta de milhares de soldados ingleses contra os Kikuyus, apesar da desigualdade flagrante do armamento empregue dos dois lados? .

Como se poderá justificar este comportamento tão antagônico dos combatentes africanos?

Em nossa opinião, por duas formas principais.

A primeira poderia sintetizar-se em uma só palavra: enquadramento.

Na verdade, os africanos, quando bem enquadrados por sargentos e oficiais competentes, quase sempre se mostraram bons soldados. Foi assim que combateram nas duas guerras mundiais. E foi assim que a paz entre as populações africanas foi mantida nos últimos 60 anos até à febre das independências, sempre aliás com efeitos reduzidíssimos. A presença do sargento ou do oficial branco tornavam qualquer força eficiente e respeitada.

A rapidez com que os novos Estados africanos ascenderam à independência, impediu-os de disporem hoje de bons quadros militares. Não é por vestir um uniforme de coronel que qualquer africano está apto a comandar um regimento. Um bom quadro, mesmo de sargentos, leva muitos anos a formar e necessita algo mais que instrução técnica. Necessita, por exemplo, tradição e espírito militar — inexistentes nos atuais exércitos da África Negra —.

Para mais — e aqui reside a segunda forma justificativa para o desconcertante comportamento dos combatentes africanos — a influência da própria mentalidade africana é evidente. Durante séculos os africanos guerrearam-se entre si. Mas fizeram-no em lutas de emboscadas, levadas a cabo sob a influência do fetichismo que ditava a oportunidade do seu início ou da sua suspensão. Além disso, o combate entre tribos sempre foi uma luta cruel mas rápida, em que o grupo mais fraco ou com mais baixas se retirava com facilidade sem que a fuga lhe parecesse desonrosa. O entusiasmo e o desânimo andavam a par, faltando a coragem para os separar.

Esta mentalidade ainda hoje se manifesta, fazendo do africano um razoável elemento subversivo mas um deficiente soldado — se não for convenientemente enquadrado.

Podemos também referir aqui a perniciosa ação exercida pela politização das forças armadas africanas. Esta ação é flagrante no Congo ex-belga, onde os políticos de maior nomeada dispõem de autênticas milícias privativas. Estas milícias atuam pela subversão e pelo terrorismo enquanto os seus "leaders" políticos estão na oposição. E são "integradas" no exército regular quando êsses "leaders" sobem ao poder ou concordam participar na chamada "reconciliação nacional". Sucedeu assim em 1961 e está sucedendo outra vez agora. Kalongi, por exemplo, aceitou fazer parte do novo governo dirigido por Tshombé, desde que fôssem "integrados" no exército congolês cerca de cem "oficiais" seus que andavam a monte no Kasai-sul. Lubaya fez outro tanto para mais uma centena de rebeldes mulélistas. E os antigos gendarmes Katangueses que tinham fugido para o mato, voltaram quase ao mesmo tempo que Tshombé. Ainda assim, êstes últimos são os elementos de maior valor militar — se devidamente enquadrados por europeus, tal como atuavam na Katanga independente. Mas os outros rebeldes nada têm de militares. A sua "integração" no exército só vai debilitar a já escassa disciplina. Quando lhes apetece, desertam ou entregam-se ao inimigo, em

especial se éste sabe reavivar-lhes as antigas inclinações políticas, como é o caso do Stanleyville, tomada pelos rebeldes de Sumialot no princípio de agosto de 1964, graças à convivência de parte das forças da guarnição local. Estas forças eram simples "jeunesses" terroristas em 1960, atuando por conta de Lumumba e de Gizenga enquanto a região estivera fora do domínio do governo central de Léo. Depois da submissão do território, elas foram "integradas" no exército regular congolês. E agora, passaram-se novamente para os rebeldes.

Podemos portanto afirmar que, de uma forma geral, as forças armadas africanas carecem de quadros eficientes, estão ainda sujeitas à influência tribal e acham-se mais ou menos politizadas.

Sendo assim, parece que podemos admitir estar hoje a África numa posição dificílima, sob o aspecto militar. Em caso de guerra, é muito natural que ela nem tenha força para proclamar a neutralidade tão confessadamente desejada pelos seus atuais "leaders".

Sem dúvida que, como vimos, se trabalha ativamente na organização das forças armadas dos novos Estados africanos. Mas antes que alguma coisa de eficiente se consiga, passar-se-ão muitos anos. Além disso, excetuando o Egito e a África do Sul — que realmente dispõem de forças armadas numerosas e bem armadas suscetíveis de fazer frente a qualquer inimigo ou de serem aplicadas extraterritorialmente (4) — todos os outros Estados estão procurando apenas organizar exércitos "para uso interno". A indicação de alguns efetivos atuais chega para demonstrar o que afirmamos. Assim, a Etiópia e a Nigéria terão uns 50 000 homens e Marrocos, a Argélia, a Tunísia e o Congo ex-belga entre 18 000 e 25 000. Dos outros Estados, a maior parte pouco mais tem que forças policiais. A Serra Leoa dispõe de 2 000 soldados regulares, a Somália 4 000, a Libéria outros tantos (além de 2 300 guardas fronteiriços), o Sudão 15 000 (e 4 000 polícias), a Ghana 10 000 (para 7 000 policiais), a Guiné nus 9 000, o Mali pouco mais de 5 000 (5), etc.

(4) O Egito melhorou muito as suas forças armadas nos últimos anos. Atualmente dispõe de 100 000 homens, mais de 700 tanques e várias centenas de aviões além de 50 000 guardas nacionais. Já tem foguetões de alcance médio.

A África do Sul dispõe do melhor exército do continente: cerca de 140 000 homens bem treinados e equipados, além de 200 000 reservistas. Falta-lhe, porém, petróleo, atual nervo da guerra, e admite-se que a sua Aviação não seja tão forte como a egípcia, embora ultimamente tenha sido reforçada com caças a jato "Mirage" do último modelo. Estão em acabamento três fábricas de munições e no país são montadas armas automáticas belgas e autometralhadoras francesas. A indústria de armamento tem progredido imensamente nos últimos tempos, procurando tornar-se autosuficiente.

(5) No Mali e na Guiné ex-francesa as forças armadas têm comissários políticos idênticos aos utilizados nos países comunistas. É curioso que o movimento terrorista da nossa Guiné, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), também já tem comissários o que não admira pois foi organizado e atua desde a Guiné ex-francesa.

Em caso de conflito mundial, estes efetivos pouco ou nada representam e estão longe de serem suficientes e eficientes para fazer respeitar a integridade dos respectivos países. A primeira das grandes potências que desembarcar não terá dificuldades de maior em se apoderar do território.

Foi talvez por (finalmente) compreenderem como é perigosa a atual debilidade militar africana, em caso de uma futura guerra, que os norte-americanos começam a mostrar-se apreensivos. Ainda em maio de 1964, o Secretário do Estado norte-americano, Dean Rusk, declarou em Bruxelas que a segurança da África era vital para a NATO.

Esta declaração nada tem de original como, em especial nós portuguêses, sabemos. E, no entanto, curiosa e por mais de uma razão. De fato, parece revelar uma certa evolução da mentalidade norte-americana. E, por outro lado, suscita várias perguntas, a principal das quais talvez possa ser: "como entendem os Estados Unidos que poderá ser conseguida a segurança da África Independente por forma a dela beneficiar a NATO?"

Certamente não será armando à pressa os 35 Estados africanos. Já vimos que mesmo que tal suceda, essas forças armadas pouco valor terão numa guerra mundial. Nem mesmo o tal exército africano (tão preconizado por Nkrumah) teria real importância, além de que, se tivesse, é muito duvidoso que ela pudesse ser útil à NATO.

CONCLUSÕES

Embora a traços largos, julgamos ter dado uma idéia da evolução e do estado atual das estruturas militares da África.

Numerosas são as conclusões que se podem tirar. Indicaremos apenas aquelas que julgamos mais importantes.

Começaremos por afirmar que o enquadramento tradicional das forças africanas por oficiais e sargentos brancos, deixou de ser aconselhável nos novos Estados africanos. Politicamente os governos locais são forçados a rejeitá-lo. E militarmente é uma modalidade condenada pois os militares africanos perderam o respeito aos quadros europeus. A disciplina deixou de ficar garantida, como as revoltas do Congo e do Tanganica demonstraram tão exuberantemente.

Em substituição dêste enquadramento aparece a criação de "missões militares" dotadas de funções múltiplas mas que normalmente não podem tomar decisões de comando nem participar diretamente em operações militares. Além disso a tendência é para utilizar missões de vários países e não de um só país — e muito menos só da antiga metrópole —. No entanto, a utilização de missões militares da ONU não se verifica nem é desejada e a de missões estrangeiras

africanas, embora prevista, não será praticável nos anos mais próximos. Mas a de países que nunca marcaram presença na África, parece ser aceite com crescente simpatia.

O complexo do neo-colonialismo e os pruridos da soberania tendem a acabar com a presença de bases militares estrangeiras nos novos Estados. Para já, porém, admite-se que pelo menos nos territórios ex-franceses, se verifique não um abandono total das bases existentes mas, sim, um reagrupamento em um ou dois dos países menos atingidos por aquêle complexo. Em qualquer caso, os efetivos militares europeus em África serão cada vez mais reduzidos e os governos atuais terão de ser muito rápidos em pedir a intervenção das forças européias para se manter no poder, porque elas acabarão por estacionar fora do continente.

Das conclusões que apontamos até agora, resulta uma outra: os acordos militares assinados após a independência deixaram de ter validade, pelo menos em grande parte.

Própriamente no que respeita à reorganização das forças armadas africanas, é evidente o desejo de acelerar a formação de quadros nacionais por meio de um desdobramento da instrução militar no próprio país e no estrangeiro. É também nítida a tendência para a criação de unidades especiais (comandos e pára-quedistas) e para dar à polícia local possibilidades, efetivas, treino e equipamento que lhe permita um papel preponderante na manutenção da ordem. É ainda claro o esforço orçamental realizado em todos os novos Estados na reorganização das suas forças armadas — esforço esse que se traduz num colossal afluxo de armamento à África atual.

Finalmente terminaremos por realçar a atual debilidade geral da África, no campo militar internacional, devida, por um lado, à progressiva retirada dos quadros e das guarnições européias e por outro, à reorganização que se está operando e que levará anos a alcançar alguma eficiência prática. Esta debilidade não dá sequer à África a garantia de poder impor a sua neutralidade em caso de guerra entre os grandes poderes mundiais. Além disso não favorece o Ocidente mas pode prejudicá-lo. O bloco agressor anti-Ocidental (consideramos que o Ocidente é incapaz de desencadear a guerra) não encontrará resistência importante e ocupará, desde a primeira hora, os melhores portos africanos, as bases mais bem situadas, os jazigos minerais mais ricos.

Se exceptuarmos as províncias portuguêssas, dotadas de forças armadas eficientes e disciplinadas, podemos dizer que a África será para os aliados mais uma preocupação e um fardo que uma ajuda.

E nas duas guerras anteriores foi ela quem lhes deu a vitória.